

RELATÓRIO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS



Descritor de Património
Estudo de Impacte Ambiental
Ampliação da Fábrica Fapricela
(Ançã, Cantanhede)

Gestão de projecto TERRALEVIS, LDA
Cliente SINERGIAE AMBIENTE, LDA
Promotor de projecto FAPRICELA, INDÚSTRIA DE TREFILARIA S.A.
Abril de 2013



TERRALEVIS

1 Resumo

Os trabalhos arqueológicos (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno), executados no âmbito do Descritor Património para o Estudo de Impacte Ambiental da ampliação da Fábrica Fapricela, tiveram resultados nulos, ou seja, na área de projeto, não foram identificadas ocorrências patrimoniais à superfície do terreno.

Por este motivo, não existem condicionantes determinantes para a ampliação desta unidade fabril localizada em Ançã, concelho de Cantanhede).

A execução do projeto deverá ter acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem desmatações e movimentações de terras (escavações, terraplanagens, depósitos e empréstimos de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a instalação de estaleiros, abertura de caminhos ou desmatção.

No âmbito do acompanhamento arqueológico de obra, após a desmatção do terreno, será necessário proceder a novas prospeções arqueológicas sistemáticas, no solo livre de vegetação, para confirmar as observações constantes neste texto e identificar eventuais vestígios arqueológicos, numa fase prévia à escavação.

2 Índice

<u>1</u>	<u>RESUMO</u>	<u>2</u>
<u>2</u>	<u>ÍNDICE</u>	<u>3</u>
<u>3</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>5</u>
3.1	CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO	5
<u>4</u>	<u>SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA</u>	<u>7</u>
4.1	METODOLOGIA	7
4.1.1	Levantamento de informação	7
4.1.1.1	Escala de análise espacial	7
4.1.1.2	Recolha bibliográfica	7
4.1.1.3	Comentários à localização das ocorrências patrimoniais	10
4.1.1.4	Análise toponímica	11
4.1.2	Prospecção arqueológica	11
4.1.2.1	Visibilidade do terreno	11
4.1.2.2	Ficha de sítio	12
4.1.2.3	Registo fotográfico	14
4.1.2.4	Registo cartográfico	14
4.1.2.5	Informação oral	14
4.1.3	Valor patrimonial	14
4.2	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA	17
4.3	BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	18
4.4	FACTOR DE PATRIMÓNIO	23
4.4.1	Caracterização da paisagem e do terreno	23
4.4.2	Caracterização patrimonial	24
<u>5</u>	<u>AVALIAÇÃO DE IMPACTE PATRIMONIAL</u>	<u>26</u>
5.1	ANÁLISE DOS IMPACTES PATRIMONIAIS	26
5.1.1	Fase de construção	26
5.1.2	Fase de exploração	26
5.1.3	Síntese de impactes	26
<u>6</u>	<u>MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO</u>	<u>27</u>
6.1	MEDIDAS GENÉRICAS	27
6.1.1	Fase de construção (acompanhamento arqueológico)	27
<u>7</u>	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>29</u>



8	FICHA TÉCNICA	32
	ANEXO I: DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA	33
	ANEXO II: INVENTÁRIO DE FOTOGRAFIAS	34
	ANEXO III: INVENTÁRIO DE FOTOGRAFIAS IMPRESSAS	36

3 Introdução

A **Terralevis, Património, Arqueologia e Sistemas de Informação, Lda** foi contratada pela empresa **Sinergiaes Ambiente Lda**, para fazer o Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental da ampliação da Fábrica Fapricela (Ançã, Cantanhede).

Considerando as características do projecto, este trabalho tem um carácter geográfico pontual, devido à ampliação da atual fábrica.

A estratégia aplicada neste estudo dividiu-se em três etapas:

1. Planeamento e levantamento bibliográfico de toda a informação disponível.
2. Realização de prospecções arqueológicas sistemáticas em toda a área de implantação deste projeto (cerca de 27 hectares).
3. Elaboração de um relatório final.

O presente texto tem com principais objectivos:

1. Caracterização dos locais com valor patrimonial identificados na área de estudo.
2. Avaliação patrimonial de cada sítio.
3. Avaliação de impactes patrimoniais.
4. Proposta de medidas de mitigação patrimonial (especificas e genéricas).

3.1 Caracterização sumária do projeto

O projeto agora em estudo corresponde à intenção de ampliar as estruturas industriais produtivas e sociais da atual fábrica, a desenvolver-se em quatro fases de construção, com a finalidade de possibilitar a instalação de linhas complementares de fabrico sem interrupções do trabalho.

“1ª fase - A primeira fase de expansão diz respeito a intervenções pontuais qu incidem em diversos setores de produção resultante da necessidade do aumento de áreas de laboração, armazém, bem assim, como remodelação e conseqüente melhoramento dos espaços sociais destinados a balneários e cantinas. (...)

2ª fase - Esta fase passa pela ampliação da unidade fabril para o lado sul através da construção de duas naves industriais e têm como fim o complemento das unidades produtivas contíguas.

3ª e 4ª fase - Passa pela introdução de uma nova plataforma destinada a parque de matérias primas e produto acabado e edificação de 3 naves industriais (...). FAPRICELA, 2013:1; *Memória Descritiva*, exemplar policopiado, Cantanhede, p.5.

“As naves da unidade industrial a edificar serão constituídas por pavilhões que apresentam 25 metros de vão com estrutura metálica dimensionada para receber a cobertura autoportante que descarrega em vigas contínuas



metálicas que se desenvolvem na periferia do edifício travando a estrutura e apoiada em pilares metálicos.

Os pilares são fornecidos com uma chapa de extremidade na base que aparafusa à chapa de amarração a deixar na fundação aquando da betonagem. Estas chapas devem ser deixadas corretamente niveladas e perfeitamente alinhadas.” FAPRICELA, 2013:2; *Memória Descritiva*, exemplar policopiado, Cantanhede, p.5.

4 Situação de Referência

4.1 Metodologia

Os trabalhos arqueológicos que aqui se apresentam foram executados segundo o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho; alteração ao Decreto-Lei n.º 270/99, no Decreto-Lei n.º 287/2000 de 10 de Novembro), o Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio (Regulamentação dos Procedimentos de AIA), os Decretos-lei n.º 114/2012 e n.º 115/2012, de 25 de Maio de 2012 (Lei orgânica das Direcções Regionais de Cultura e da Direcção-Geral do Património Cultural, respetivamente) e pretendem cumprir os termos de referência para o descritor património arqueológico em estudos de Impacte Ambiental (Circular do Instituto Português de Arqueologia, de 10 de Setembro de 2004).

O pedido de autorização de trabalhos arqueológicos (P.A.T.A.) foi enviado à Direcção Geral de Património Cultural, no dia 19 de Março de 2013, com a direcção científica de João Albergaria, tendo sido aprovado conforme ofício enviado pela Direcção Regional de Cultura do Centro, no dia 4 de Abril de 2013 (C.S. 856843).

O processo tem o n.º DRC/2013/06-02/228/PATA/1203

4.1.1 Levantamento de informação

4.1.1.1 ESCALA DE ANÁLISE ESPACIAL

A situação actual do factor Património circunscreve uma pequena **área de enquadramento histórico**, que tem a finalidade de facilitar a integração dos elementos patrimoniais eventualmente registados nas prospeções arqueológicas.

A **área de projecto** corresponde à zona de alargamento da actual fábrica (cerca de 27 hectares). A **área de impacte directo** consiste em toda a zona de ampliação da unidade fabril (os potenciais agentes de impacte são: escavação, aterro e terraplenagens)

A **área de impacte indirecto** abrange toda a área de projeto e uma faixa envolvente com cerca de 50m de largura. Este corredor tem como finalidade localizar e caracterizar sumariamente ocorrências patrimoniais que fiquem nas imediações da área de projeto.

4.1.1.2 RECOLHA BIBLIOGRÁFICA

O levantamento da informação de cariz patrimonial e arqueológico incidiu sobre os seguintes recursos:

- *Portal do Arqueólogo: Sítios* (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada como *Endovélico*)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).

¹ <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>

- *IGESPAR: Património* (Registo sistemático dos procedimentos de classificação com decisão intermédia ou final)² da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).
- *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana³.
- *IGeoE-SIG*: Instituto Geográfico do Exército⁴.
- Plano Director Municipal do Cantanhede ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/92, DR n.º 276, Série I-B, de 29-11-1994, 7026-7036 e republicado no Aviso n.º 2037/2013 do DR n.º 28, 2.ª série, de 08/02/2013, 5953-5961.
- Suspensão parcial do PDM do do Plano de Urbanização de Ançã PU) e Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDM) pelo prazo de dois anos, publicada no Aviso n.º 3634/2013 do DR n.º 50, 2.ª série, de 12/03/2013, 9132.
- Plano Director Municipal de Coimbra, com as modificações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/94, publicada no Diário da República de 22 de Abril, pela 2.ª alteração ao PDM (Aviso n.º 6562/2010), publicada no Diário da República de 30 de Março e pela 3.ª alteração ao PDM (Aviso n.º 8252/2011), publicada no Diário da República de 4 de Abril.
- *Município de Cantanhede: Turismo: Património* (<http://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/Content/?MID=2&ID=873&AID=14&MIID=270,25/03/2013>).
- *Museu Online do Concelho de Cantanhede* (<http://cantanhede.eu/museuonline/>, 25/03/2013).
- *SIG MC (Sistema de Informação Geográfica Município de Cantanhede)* (<http://sig.cm-cantanhede.pt/>, 25/03/2013).
- *Vila de Ançã* (<http://www.freguesiadeanca.eu/>, 25/03/2013).
- *Antuzede: Património* (<http://www.freguesiadeantuzede.eu/>, 26/03/2013).
- *Câmara Municipal de Coimbra: Cultura: Monumentos* (http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=190&Itemid=468, 25/03/2013).
- *Câmara Municipal de Coimbra: Urbanismo: Gabinete para o Centro Histórico* (http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=191&Itemid=455, 26/03/2013).
- *Câmara Municipal de Coimbra: Urbanismo: Plano Director Municipal* (http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=178, 26/03/2013).
- *Município de Coimbra: Sistema de Informação Geográfica* (<http://sig.cm->

² <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/>

³ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2

⁴ <http://www.igeoe.pt/>

coimbra.pt/(S(qb0sdzqvq2fmz4ug5mdnziapp))/Viewer.aspx?id=59, 26/03/2013).

- Bibliografia publicada sobre a região.

Nos arquivos da Direção Geral de Património Cultural foram ainda consultados os seguintes processos, nos dias 27/03/2013 e 03/04/2013:

- 98/1(399) - EIA - A14 - Sublanço Santa Eulália/Coimbra Norte - Trecho 2.
- 99/1(214) - PNTA/99 - Paleoecologia da Caça-Recolocção no Baixo Mondego.
- 2001/1(062) - PNTA/2001 - Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede.
- 2001/1(593) - Plano da Bacia Hidrográfica do Vouga.
- 2002/1(302) - Requalificação Urbana da Zona Histórica de Ançã.
- 2003/1(522) - Linha de Alta Velocidade Lisboa/Porto.
- 2003/1(522)-B - EIA - Rede Ferroviária de Alta Velocidade (RAVE) Eixo Lisboa - Porto: Lote B Soure (Pombal) / Mealhada (Oliveira do Bairro).
- 2009/1(725) - EIA - Projecto de Unidade Avícola em Ançã.
- 2010/1(493) - Conservação corrente por contrato 2010-2013: COCN - Distrito de Coimbra.
- 2011/1(041) - Obras de Arte - Distrito de Coimbra.
- 2012/1(343) - Infra-estruturas de Água e Saneamento no Concelho de Coimbra.

Foram também contactados as seguintes instituições e investigadores:

- Dr.^a Maria Carlos Chieira Pêgo, directora do Museu da Pedra , tutelado pela Câmara Municipal de Cantanhede, por telefone e correio electrónico no dia 26/03/2013 (de terralevis@gmail.com para mariacarlos@cm-cantanhede.pt). A senhora directora do Museu da Pedra informou telefonicamente que esta intuição não possui outra informação patrimonial sobre a área de enquadramento para além daquela já publicada e consultada para este trabalho.
- Dr.^a Teresa Paixão, directora da Biblioteca de Cantanhede, serviço da Câmara Municipal de Cantanhede, por telefone e correio electrónico no dia 26/03/2013 (de terralevis@gmail.com para tpaixao@cm-cantanhede.pt). A senhora directora da Biblioteca de Cantanhede informou telefonicamente não possuir outra informação patrimonial sobre a área de enquadramento para além daquela já publicada e consultada para este trabalho.
- Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra através de mail endereçado à Dr.^a Raquel Santos no dia 25/03/2013 (de terralevis@gmail.com para raquel.santos@cm-coimbra.pt), que respondeu por mail da Dr.^a Carmen Pereira em 08/04/2013 (de carmen.pereira@cm-coimbra.pt para terralevis@gmail.com). A informação fornecida por esta autarquia (Pereira e Silva, 2013) foi usada na elaboração do presente trabalho.

4.1.1.3 COMENTÁRIOS À LOCALIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS

A localização de Mourelos (n.º 2a) fornecida pelo *Endovélico* está errada, pois não corresponde à localização de Pereira, 2001, n.º 14, relatório do acompanhamento arqueológico que identificou o sítio no eixo da via da A14 (n.º 2b). Este sítio não é inventariado pela Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede (Cruz, 2005), presumivelmente por ter sido destruído com a construção desta via.

Assim, no enquadramento histórico elaborado no âmbito deste trabalho considerou-se a localização 2b para o “achado de três artefactos líticos em sílex (...) após os trabalhos de desmatação” (Pereira, 2001, 30) da auto-estrada e ignorou-se a localização 2a.

A localização e área propostas para Vale Favem 1 (n.º 5) está conforme à apresentada na cartografia de Moura et alli, 2001a, nº 229.002.

A localização da Mata do Rol (nº 7) fornecida pelo *Endovélico* é bastante hipotética. A. A. Cortesão notícia assim a identificação deste sítio:

"(...) a cinco kilometros para o norte [de São João do Campo] fica antiquissima villa de Ançã, junto de cuja admirável fonte appareceram há uns ciocoenta annos vestigios de construções romanas, e ainda há tres annos se descobriram ali, em um quintal restos de um pavimento de mosaico; finalmente, na mesma direcção e a uns tres kilometros também appareceram, quando se cavava terra para plantar bacelo, haverá uns vinte e cinco annos, umas sepulturas bem exquisitas (de que dei noticia então na Correspondencia de Coimbra), e junto d'ellas fragmentos de telha romana." (Cortesão, 1908, 94).

Se se contar 3 Km ao longo da EN 574 (que liga São João do Campo a Ançã) a partir de São João do Campo, chega-se mais ou menos a *Vale Panela*, que se encontra junto ao limite da área de enquadramento⁵. O topónimo *Vale Panela* é bastante sugestivo pois poderá cristalizar a memória do achado de “panelas”, ou seja os fragmentos de cerâmica a que a notícia de A. A. Cortesão faz referência. O aparecimento deste local de povoamento é muito recente, já que não se encontra representado na versão mais antiga da CMP usada neste trabalho, mas está desenhado na edição mais recente (*IGeoE-SIG*).

Note-se que A. A. Cortesão não menciona o topónimo *Mata do Rol*. Este nome é referido por V. Correia (1940, 132) quando cita o mesmo artigo de A. Cortesão (1908), referindo “que a uns 8 kilometros de distancia [de São João do Campo], na Mata do Rol, haviam aparecido sepulturas e, junto, fragmentos de telha romana”. Julga-se que a distancia referida por V. Correia deve-se a uma leitura errada da passagem citada de A. Cortesão, contando os 3 Km a partir de Ançã e não de São João do Campo, colocando este sítio a Norte de Ançã o que é incongruente com a localização na *Mata do Rol*.

⁵ Este local não se encontra representado na versão da CMP 1:25000 usada neste trabalho.

Como a ficha do CNS 24780 - Mata do Rol do *Endovélico*⁶ cita unicamente a passagem deste autor agora analisada (Correia, 1940, 132), supõe-se que a designação do sítio foi colhida aqui e que a localização proposta é unicamente toponímica, ou seja, situa o sítio no local onde está escrito o topónimo na CMP 1:25000.

Repare-se ainda que “os registos orais indicam a extensão da Mata do Rol entre S. João do Campo - Coimbra e Ançã - Cantanhede.” (Pereira e Silva, 2013, 9). Este facto leva a que este sítio esteja inventariado “na carta dos sítios com potencial arqueológico com a numeração 2001 do município de Coimbra”, já que o Gabinete para o Centro Histórico da Câmara Municipal de Coimbra considera que o mesmo se “localiza na freguesia de S. João do Campo” daquele concelho, “apesar de não ter sido possível, até ao momento a sua identificação” (Pereira e Silva, 2013, 9).

A informação disponível sobre a necrópole que actualmente se designa Mata do Rol permite concluir que esta tanto se pode localizar num qualquer ponto da área de enquadramento histórico, como a Sul ou a Oeste da mesma. A possibilidade de se encontrar na área de projecto foi tida em conta durante os trabalhos de campo, mas não se observou qualquer indício que sustentasse tal hipótese.

4.1.1.4 ANÁLISE TOPONÍMICA

A análise dos topónimos recenseados na CMP 1:25000 verificou a ausência de topónimos com potencial significado arqueológico na área de projecto do empreendimento em estudo.

4.1.2 Prospecção arqueológica

As prospecções arqueológicas realizaram-se no dia 18 de Abril de 2013, de forma sistemática em toda a área de projecto.

4.1.2.1 VISIBILIDADE DO TERRENO

O descritor de visibilidade do terreno encontra-se organizado em duas categorias subordinadas: a primeira consiste numa análise geral da visibilidade do terreno, que permite distinguir as grandes unidades de observação; a segunda distingue-se pela necessidade de pormenorizar o grau de visibilidade boa do terreno (ver Quadro 2).

Visibilidade má do terreno	1	Intransponível ao percurso pedestre.
Visibilidade mista do terreno	2	Arvoredo denso, mas com o mato medianamente limpo. Facilita o percurso pedestre e a observação geral do terreno.
Visibilidade média do terreno	3	Arvoredo pouco denso e com vegetação acima do joelho. Facilita o percurso pedestre e a observação de construções.
Visibilidade boa do terreno	4	Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Facilita o percurso pedestre, a observação de

⁶ Consulta de 25/03/2013.

		construções e de materiais arqueológicos.
Solo urbano	5	Sem arvoredo, com vegetação abaixo do Joelho, grande quantidade de entulho e de lixo recente. Observação de construções, mas superfície de solo original sem qualidade de observação.
Aterros e escavações	6	Sem arvoredo, sem vegetação e com o terreno completamente revolvido. Superfície do solo original sem qualidade de observação.
Área vedada	7	Intransponível ao percurso pedestre.
Terreno de forte inclinação	8	Percurso pedestre dificultado por questões de segurança.
Áreas de fogo e de desmatamento	9	Arvoredo pouco denso e vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre, a observação de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 1 - Graus de visibilidade do terreno

Visibilidade mínima da superfície do solo	4.1	Vegetação rasteira a cobrir a quase totalidade do solo. Observação facilitada de construções, mas com identificação difícil de materiais arqueológicos.
Visibilidade intermédia da superfície do solo	4.2	Vegetação rasteira a cobrir parcialmente o solo. Observação facilitada de construções e identificação razoável de materiais arqueológicos.
Visibilidade elevada da superfície do solo	4.3	Solo limpo por trabalhos agrícolas recentes. Observação facilitada de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 2 - Grau de diferenciação do descritor 4

4.1.2.2 FICHA DE SÍTIO

O registo dos sítios com valor patrimonial identificados no decorrer dos trabalhos de campo é feito numa ficha criada para este efeito.

A Ficha de Sítio encontra-se organizada em cinco grupos de descritores relacionados com os seguintes objectivos:

- Identificação;
- Localização administrativa e geográfica;
- Descrição da Paisagem;
- Caracterização do material arqueológico;
- Caracterização das estruturas;
- Avaliação e classificação do valor patrimonial;
- Avaliação e classificação do valor de impacto patrimonial.

Designação	Nome do lugar identificado ou do topónimo mais próximo situado na mesma freguesia.
CNS	Classificação Numérica de Sítios, atribuída na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Tipo de sítio	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Período	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Tipo de trabalhos realizados	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Classificação oficial	Tipo de Classificação Oficial.

Legislação	Decreto-Lei que define a Classificação Oficial.
ZEP	Zona Especial de Protecção, com o Decreto-Lei que a define.
Número	Numeração sequencial dos sítios identificados.

Quadro 3 - Grupo de descritores relacionado com a identificação de sítio

Topónimo	Topónimo na CMP 1:25000 mais próximo situado na mesma freguesia.
Lugar	Nome do lugar situado mais próximo, considerando sempre as fontes orais.
Freguesia	Freguesia onde está localizado.
Concelho	Concelho onde está localizado.
Sistemas de Coordenadas	<i>Datum Lisboa</i>
C.M.P.	Número da folha da Carta Militar de Portugal esc. 1:25000

Quadro 4 - Grupo de descritores relacionado com a localização de sítio

Acessibilidade	Tipo de Acessos e respectiva inventariação.
Âmbito geológico	Caracterização geológica sumária do local de implantação do sítio.
Relevo	Descrição sumária do relevo onde o sítio se encontra implantado.
Coberto vegetal	Descrição sumária da vegetação que cobre e circunda o sítio.
Uso do solo	Descrição do uso do solo no local implantação do sítio.
Controlo Visual da Paisagem	Descreve a amplitude da paisagem observável a partir do sítio.
Tipo de vestígios identificados	Caracterização dos vestígios que permitiram a identificação do sítio.

Quadro 5 - Grupo de descritores relacionado com a descrição da paisagem envolvente

Área de dispersão	Caracterização da área de dispersão do material arqueológico.
Tipo de dispersão	Caracterização da forma como o material arqueológico se distribui pela área do sítio.
Tipo de material presente	Recenseamento dos tipos de material arqueológico observados no sítio.
Características do material identificado	Descrição mais pormenorizada do material arqueológico observado.
Cronologia do material identificado	Caracterização cronológica do material arqueológico observado.

Quadro 6 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização do material arqueológico

Estado de conservação	Caracterização do estado de conservação das estruturas.
Descrição da planta e relação espacial das estruturas	Descrição da forma como as estruturas identificadas se organizam espacialmente.
Modo de construção	Descrição do modo de construção de cada estrutura.
Materiais de construção	Descrição dos materiais usados na construção de cada estrutura.
Descrição das estruturas	Descrições das características de cada estrutura que não tenham sido assinaladas nos campos anteriores.
Interpretação funcional das estruturas	Proposta da função de cada estrutura.
Elementos datantes da estrutura	Registo de eventuais elementos datantes intrínsecos a cada estrutura.

Quadro 7 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização das estruturas

4.1.2.3 REGISTO FOTOGRÁFICO

O registo fotográfico realizado teve como objectivos a obtenção de imagens dos sítios com valor patrimonial, da paisagem envolvente, do relevo e da vegetação que cobria o terreno, na área que será afectada por este projecto.

4.1.2.4 REGISTO CARTOGRÁFICO

A área de projecto foi delimitada na Carta Militar de Portugal, mais concretamente nas folhas n.º 223 e 230 (Anexo I, Fig. 1, à escala 1:20.000).

O faseamento da ampliação da fábrica e o grau de visibilidade do terreno constam na cartografia à escala de projecto de execução (1:6.000), vide Anexo I, fig.2 e fig.3.

4.1.2.5 INFORMAÇÃO ORAL

No decorrer das prospecções arqueológicas sistemáticas não se obteve informação oral relevante para este estudo.

4.1.3 Valor patrimonial

A avaliação do **Valor Patrimonial** é obtida a partir dos descritores considerados mais importantes para calcular o valor patrimonial de cada sítio. O valor patrimonial é calculado usando as categorias apresentadas no Quadro 8, às quais é atribuída uma valoração quantitativa.

Valor da Inserção Paisagística	2
Valor da Conservação	3
Valor da Monumentalidade	2
Valor da raridade (regional)	4
Valor científico	7
Valor histórico	5
Valor Simbólico	5

Quadro 8 - Factores usados na avaliação patrimonial e respectiva ponderação

Por **Valor da Inserção Paisagística** entende-se a forma como o sítio se relaciona com o espaço envolvente, se esta relação acrescenta ou não valor ao sítio, assim como a avaliação da qualidade desse espaço. Se, por exemplo, a paisagem onde o sítio se encontra se apresentar semelhante à paisagem original, entenda-se a paisagem contemporânea da construção e utilização do sítio, a sua inserção paisagística será considerada “com interesse”.

Nos casos em que não foi possível determinar este valor, o mesmo não contribuiu para o cálculo do Valor Patrimonial.

Com Interesse	5
Com pouco interesse	2
Sem Interesse	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 9 - Descritores do Valor da Inserção Paisagística e respectivo valor numérico

O **Valor da Conservação** avalia o estado de conservação da incidência patrimonial em questão. Do valor deste item pode depender uma decisão de conservação e/ou restauro de um sítio, já que é mais profícuo, se todas as outras variáveis forem iguais, investir na conservação de um sítio em bom estado do que num sítio em mau estado.

O nível de conservação de um sítio subterrado é desconhecido, portanto este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Bom	5
Regular	2
Mau	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 10 - Descritores do Valor da Conservação e respectivo valor numérico

O **Valor da Monumentalidade** considera o impacto visual da incidência patrimonial no meio envolvente, dadas as suas características arquitectónicas e artísticas. Avalia simultaneamente o impacto que resulta de uma intenção evidente dos construtores do sítio em questão e o impacto que é actualmente observável, que decorre da evolução do sítio e da paisagem onde se insere, assim como da evolução das categorias culturais que reconhecem, ou não, a monumentalidade de um sítio.

É claro que a atribuição deste valor deve ser avaliada regionalmente. A valorização das suas características arquitectónicas e artísticas foi feita tendo em consideração a sua relevância a nível regional.

Também neste caso não foi possível determinar o Valor da Monumentalidade de um sítio totalmente enterrado e, nesse caso, este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 11 - Descritores do Valor da Monumentalidade e respectivo valor numérico

O **Valor da Raridade** é determinado pela quantidade de incidências patrimoniais com as mesmas características daquela que se encontra em avaliação na região em estudo. Houve situações, por incapacidade de caracterizar convenientemente o objecto em estudo, em que se desconhecerá a raridade do mesmo. Nesse caso este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Único	5
Raro	4
Regular	2
Frequente	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 12 - Descritores do Valor da Raridade e respectivo valor numérico

O **Valor Científico** é o resultado do potencial que se atribui, ao sítio em avaliação, para o conhecimento das sociedades que o construíram e utilizaram. Este valor é independente da antiguidade atribuída à incidência patrimonial em questão.

Mais uma vez, quando este valor foi indeterminável, não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 13 - Descritores do Valor Científico e respectivo valor numérico

No **Valor Histórico** valoriza-se a importância que a incidência patrimonial tem como objecto representativo de um determinado período histórico na região em questão. Neste caso a antiguidade do objecto já foi considerada, visto que, em geral, conservam-se menos vestígios dos períodos históricos mais recuados, o que aumenta a importância de cada vestígio singular.

Também foi considerado na atribuição deste valor que, para o conhecimento das sociedades pré-históricas, assim como para o conhecimento de muitos aspectos das sociedades históricas e mesmo contemporâneas, os vestígios materiais são a única fonte de informação disponível.

Também neste caso, se não foi possível determinar este valor, não foi usado no cálculo do valor patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 14 - Descritores do Valor Histórico e respectivo valor numérico

Com o **Valor Simbólico** pretende-se avaliar a importância que a incidência patrimonial tem para as comunidades que usufruem dela actualmente. A atribuição deste valor depende da percepção do sítio na identidade comunitária, da relação afectiva que as populações mantêm com ele, e da importância na sua vivência social e religiosa. Se não for possível determinar este valor, o mesmo não será usado para calcular o Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 15 - Descritores do Valor Simbólico e respectivo valor numérico.

O **Valor Patrimonial** resulta, pois, da avaliação dos sete factores anteriormente descritos. Esta avaliação decorre da observação do sítio e

análise da informação existente sobre o mesmo. Classifica-se cada sítio segundo um determinado “valor” (Inserção Paisagística, Conservação, Monumentalidade, etc.), através de uma valoração qualitativa (Elevado, Médio, Reduzido, por exemplo) à qual é atribuído um valor numérico conforme os quadros anteriores.

Como se considera que os ditos factores não devem pesar da mesma forma no **Valor Patrimonial**, são ponderados de forma diferenciada, conforme os valores apresentados no Quadro 16.

Assim, o **Valor Patrimonial** é um índice que resulta da soma dos produtos dos vários critérios apresentados com o valor de ponderação, dividida pelo número total de categorias consideradas, ou seja:

$$\frac{(\text{Valor da Inserção Paisagística} \times 2) + (\text{Valor da Conservação} \times 3) + (\text{Valor da Monumentalidade} \times 2) + (\text{Valor da Raridade} \times 4) + (\text{Valor Científico} \times 7) + (\text{Valor Histórico} \times 5) + (\text{Valor Simbólico} \times 5)}{7}$$

Se todos os factores forem considerados, o Valor Patrimonial mais baixo atribuível será igual a 4, enquanto o valor mais alto será igual a 20. Só será obtido um valor patrimonial inferior a 4, o que corresponde à Classe E de Valor Patrimonial, se os únicos factores considerados no cálculo do Valor Patrimonial forem aqueles cujo grau de ponderação é o mais baixo, a saber, o Valor da Inserção Paisagística, o Valor da Conservação e o Valor da Monumentalidade. Num caso destes, o Valor Patrimonial obtido reflecte sobretudo o desconhecimento acerca da incidência patrimonial em questão e portanto deve ser manuseado com muita cautela.

Conforme o Valor Patrimonial cada incidência patrimonial é atribuível a uma **Classe de Valor Patrimonial**, correspondendo a Classe A às incidências patrimoniais de valor mais elevado e a classe E às incidências patrimoniais com menor valor.

Significado	Classe de Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Muito elevado	A	$\geq 16 \leq 20$
Elevado	B	$\geq 12 < 16$
Médio	C	$\geq 8 < 12$
Reduzido	D	$\geq 4 < 8$
Muito reduzido	E	< 4

Quadro 16 - Relação entre as Classes de Valor Patrimonial e o Valor Patrimonial

4.2 Localização geográfica e administrativa

A área de projecto deste empreendimento localiza-se imediatamente a Sudeste da Vila de Ançã e a Noroeste de S. Facundo, junto da fronteira entre os concelhos de Cantanhede e Coimbra. Assim, a área de enquadramento histórico abarca território da freguesia de Ançã do concelho de Cantanhede e, na extremidade Sudeste, território da freguesia de Antuzede, do concelho de Coimbra.

A área de enquadramento situa-se então na várzea da Ribeira de Ançã, subsidiária do Rio Mondego, que a atravessa sensivelmente no sentido NW -

Sul. É atravessada ainda pela estrada 234-1, no sentido NW - SE, que liga Ançã a São Facundo, já na freguesia de Antuzede, e pela estrada 574, no sentido Norte - Sul, que liga a Ançã à sede de freguesia de São João do Campo do concelho de Coimbra. No interior da área de enquadramento encontram-se também duas povoações, Granja de Ançã da freguesia de Ançã e Gândara, da freguesia de Antuzede.

4.3 Breve enquadramento histórico

O estudo da ocupação humana no território onde se implanta este projecto tem como objectivo, no âmbito deste trabalho, compreender a evolução da ocupação humana neste espaço específico, de forma a melhor enquadrar e avaliar as incidências patrimoniais identificadas e os futuros impactos sobre a paisagem cultural que resultarão desta obra.

Assim, neste capítulo esboça-se a evolução histórica do território ocupado por esta ampliação, pois a sua intenção não é a história da região, mas a evolução da ocupação no espaço específico onde este será desenvolvido.

Alguns indícios, ainda que mal caracterizados, sugerem que a ocupação humana no território envolvente à área de enquadramento poderá recuar à Pré-história antiga (Bettencourt, 2005, 246). Encontram-se neste caso os “três artefactos líticos em sílex” (Pereira, 2001, 30) de Mourelos (n.º2b), exumados a Norte da área de enquadramento e os achados isolados paleolíticos, em posicionamento secundário, provenientes do terraço aluvial “delimitado a Sul pela estrada que segue para Montemor, a Este pela estrada de Cantanhede, a Oeste, pela vala de Ançã” (Lima e Menéndez, 2006, n.º 6030501), sob a designação de Geria (Vilaça, 1988, 51). Este terraço desenvolve-se imediatamente a Sul da área de enquadramento e “foi localizado em prospecção e delimitado de forma circunscrita, segundo indicadores toponímicos, topográficos e de relevo” (Lima e Menéndez, 2006).

O conjunto de material lítico⁷ recolhido em Vale Favem 1 (n.º5) sugere que este sítio tenha sido ocupado durante o Neolítico ou/e o Calcolítico, ou seja, a área de enquadramento foi provavelmente habitada e explorada num período indeterminado, e cuja duração se desconhece, entre o VIº e o IIIº milénio a. C. Como este local não foi objecto de nenhuma intervenção arqueológica sistemática não é possível caracterizar minimamente estes habitantes e a sua relação com o território imediato.

Não há qualquer informação sobre a ocupação do território em análise durante a Proto-história (IIº e Iº milénio a.C), tanto na freguesia de Ançã (Cruz, 2005, 24 - 38) como na freguesia de Antuzede, ou mesmo nas freguesias de Vil de Matos e São João do Campo⁸ do concelho de Coimbra, que se encontram a Norte e a Sul da área de enquadramento.

⁷ “Lascas, fragmentos de lasca e fragmentos de lâmina em sílex, algumas peças apresentando vestígios de tratamento térmico. Uma lâmina e um fragmento de lâmina retocados em sílex alógeno. Fragmentos mais ou menos informes de nódulos de sílex Bajociano e de seixos de quartzo e quartzito (Moura et alli, 2001b)

⁸ Consulta do Endovélico a 22/04/2013.

A informação actualmente disponível sugere que só em período romano a ocupação humana se aproximará novamente da área de enquadramento. A descoberta de muros associados a painéis de mosaicos, elementos arquitectónicos, estatuária, moedas e cerâmica romana no local da Fonte (CNS 3009 - Ançã - Fonte; Cruz, 2005, 28 - 32) indica que aqui tenha existido a *domus*, de alguma magnificiência, de uma *villa*, ou seja de uma grande propriedade de exploração agrícola (Cruz, 2005, 250-251), que “que andaria, nesta área, pelos 100 ou 150 hectares” (Alarcão, 2004, 14).

É possível que alguma da riqueza desta *villa* tenha origem na exploração das pedreiras dos calcário de Ançã, “que se encontram em Conimbriga e foram usados em obras de época romana em Coimbra” (Alarcão, 2004, 67).

A única informação cronológica disponível, uma moeda de Cláudio (séc. I d. C.) e outra de Antonino Pio (séc. II d.C.), encontrada na zona onde a *domus* estará implantada (Cruz, 2005, 249), permite alegar que esta ocupação recua pelo menos ao séc. I d.C..

Esta *domus* encontra-se a menos de 750 m a NE da área de enquadramento, o que levanta a possibilidade de pelo menos parte deste espaço ter pertencido à propriedade daquela *villa*. A localização a cerca de 200 m a Oeste da área de enquadramento do CNS 16608 - Vale Favém 2 reforça esta suposição. Aqui, foi registada “a ocorrência de materiais cerâmicos de construção (*tegulae* e *imbrices*), fragmentos de cerâmica doméstica comum de cronologia romana e escória”, cuja proximidade ao CNS 3009 - Ançã - Fonte⁹, “poderá autorizar o lançamento da hipótese de se tratar de um anexo da *villa*” (Cruz, 2005, 38).

A necrópole da Mata do Rol (n.º 7), dependendo da sua localização (cf. *supra*), poderá também relacionar-se com esta *villa*.

A *villa* de Ançã - Fonte estaria na proximidade de uma estrada secundária romana, ramal da via *Olisipo - Bracrara Augusta*, entre Mealhada e São Facundo, “desenvolvendo-se ao longo da margem direita do vale de Ançã, com um traçado coincidente com o da EN 234-1” (Mantas, 1996, 897). A confirmar-se tal asserção, as funções viárias da área de enquadramento recuariam ao séc. I d. C. Por esta via teria a *villa* acesso a *Aeminium* (Coimbra), sede da circuncrição administrativa (*civitas*) a que pertencia este território.

Não se sabe até quando a *villa* romana de Ançã - Fonte foi ocupada e quando é que se formou a “*villa que vocitant Anzana*” cuja referência escrita mais antiga data de 937 (Alarcão, 2004, 69). O facto da aldeia alto - medieval se ter instalado junto à *villa* romana é um argumento a favor da hipótese de que a ocupação deste espaço não tenha sofrido interrupções desde o séc. I d. C..

Outro argumento reside no proprio topónimo, *Ançã*:

“A *villa* romana tinha, frequentemente, um nome derivado do gentílico do proprietário, através do sufixo *-ana*. Assim, de um *Antius* ter-se-ia

⁹ A menos de 860 m a Nordeste

formado o nome de *villa Antiana*. Por sua vez, o sufixo *-ana* deu, em português, *-ã*. *Antiana* resultou em *Ançã*¹⁰.” (Alarcão, 2004, 16).

Se a aldeia alto-medieval guardou a memória do proprietário romano da *villa*, tal implica que nunca deixou de ser habitada.

Este primeiro documento informa sobre a doação, por “Elduara (ou Ilduara) Eriz, mulher de Guterre Mendes e nora de Hermenegildo Guterres”, conquistador¹¹ e conde de Coimbra, de um moinho a “a Gondemiro *Iben Daudi*, com a condição de este, por sua morte, o deixar ao mosteiro de Lorvão”. Em documento de 966, Sancho I de Leão confirma a propriedade de um moinho na vila de Ançã, ao mosteiro de Lorvão. Aqui o rei designa a povoação como *villa nostra Anzana*, ou seja do seu senhorio. Noutro documento, este já de 1116, o “moinho do mosteiro de Lorvão” é novamente mencionado (Alarcão, 2004, 69). Os três documentos mencionam sempre o mesmo moinho, ou o mosteiro tem aqui mais de uma destas estruturas produtivas?

Outro grande proprietário possui aqui bens desde os alvares do reino de Portugal, o mosteiro de Santa Cruz, que entre 1162 e 1176 adquiriu várias propriedades “entre a aldeia de Ançã e os moinhos do mosteiro de Lorvão¹²” (Alarcão, 2004, 69). Note-se que agora é certo que o mosteiro de Lorvão possui vários moinhos.

A parca informação disponível sugere que desde a Alta Idade Média o território da área de enquadramento foi constantemente explorado pelos habitantes de Ançã, que serviam vários senhores, nomeadamente o Rei e os poderosos mosteiros de Lorvão e Santa Cruz. Ançã pertencia então ao concelho de Coimbra, mas em 1371 foi desanexada e constituída em concelho com um vasto termo¹³ e o seu senhorio entregue ao conde de Barcelos (Marques, 2009, 33).

Em 1514, a vila recebe foral de D. Manuel I. Entre outras moedas pertencentes à Coroa e a particulares, esta carta refere a moenda do Mosteiro de Lorvão situada abaixo da fonte da povoação e o *moinho do Rol* do mosteiro de Santa Cruz (Marques, 2009, 51). O moinho do mosteiro do Lorvão é ainda algum daqueles referido pela documentação medieval?

Presume-se aqui que o *moinho do Rol* pertença ao actual conjunto edificado da Quinta do Rol (n.º 8). Mas, poderá este conjunto ter origem medieval e terem sido posteriormente adquiridos pelo Mosteiro de Santa Cruz?

¹⁰ “(...) *villa Antiana*, depois *Anzana* (como no doc. 45 dos PMH, DC.) e, finalmente, *Ançã*.” (Alarcão, 2004, 67)

¹¹ Em 878

¹² “*inter Anzanam et molendinos Laurentii*, de *Laurentio* ou de *Laurbano*” (Alarcão, 2004, 70)

¹³ “Nele se englobavam as aldeias de Pena, Valdágua, Portunhos, Enxofães, Rio Frio dos Cavaleiros, Barcouço, Vil de Matos, Rio Frio de Oleiros, Costa, São Facundo, Lavarrabos [actual São João do Campo] e Cioga, todos eles com seus termos, aldeias, casais, póvoas e pessoas.” (Marques, 2009, 33)

Note-se, portanto, a antiguidade e longevidade dos moinhos de água de Ançã, e conseqüentemente da sua importância na economia deste território, que perdurou até ao séc. XX. Um destes moinhos será a ocorrência patrimonial n.º 3, designado Ançã 1, à falta de informação mais precisa.

A construção do Aqueduto de Ançã (n. 1) será um indício da intensificação da exploração da área de enquadramento durante o período moderno. Esta intensificação, aliada ao crescimento demográfico, terá originado o desenvolvimento de povoações no interior da área de enquadramento, como será o caso da Granja de Ançã, cuja Capela de Nossa Senhora da Esperança (n.º 4) foi fundada em 1578 (Matias, 2010a).

A partir de então a área de enquadramento urbaniza-se, processo que terá sido acelerado ao longo do séc. XIX e sobretudo do séc. XX.

Nº	Designação	Tipo de Sítio	CNS	Classificação	Legislação	Cronologia	Concelho	Freguesia	M	P	Bibliografia
1	Aqueduto de Ançã	Aqueduto	-	-	-	Moderno	Cantanhede	Ançã	167435	366762	Moura et alli, 2001a, nº 229.001 e 2001b
2a	Mourelos	Achados Isolados	16659	-	-	Pré-História	Cantanhede	Ançã	167351	366577	Pereira, 2001, nº 14
2b	Mourelos	Achados Isolados	16659	-	-	Pré-História	Cantanhede	Ançã	169370	367170	Pereira, 2001, nº 14
3	Ança 1	Azenha	-	-	-	Indeterminado	Cantanhede	Ançã	167388	366673	CMP 1:25000
4	Capela de Nossa Senhora da Esperança	Capela	-	Área de Interesse Paisagístico e Cultural	PDM de Cantanhede, art. 22º e Anexo II	Moderno	Cantanhede	Ançã	168562	366629	Matias, 2010a
5	Vale Favém 1	Estação de ar livre	16607	-	-	Neo-calcolítico	Cantanhede	Ançã	168350	366710	Cruz, 2005, 37; Moura et alli, 2001a, nº 229.002 e 2001b
6	Fonte da Areia	Fonte	-	-	-	Contemporâneo	Cantanhede	Ançã	168691	365917	Ribeiro, 2010, nº 71
7	Mata do Rol	Necrópole	24780	-	-	Romano	Cantanhede	Ançã	168500	365600	Correia, 1940, 132; Cortesão, 1908, 94; Pereira e Silva, 2013, 9
8	Quinta do Rol	Conjunto edificado	-	Área de Interesse Paisagístico e Cultural	PDM de Cantanhede, art. 22º e Anexo II	Moderno/Contemporâneo	Cantanhede	Ançã	168632	365464	Cruz, 2005, 255-256; Marques, 2009, 53

Quadro 17 - Lista de Ocorrências Patrimoniais identificadas em toda a área de enquadramento histórico

4.4 Factor de património

4.4.1 Caracterização da paisagem e do terreno

A área de projeto pode ser dividida em duas zonas com características bem distintas. No setor Norte, onde se vai desenvolver a Fase 1 e uma parte da Fase, o terreno está coberto por uma placa de cimento, sobre a qual foram erguidos os pavilhões da fábrica existente e colocados os produtos/matérias primas da laboração.



Figura 1 - Vista geral do terreno (ampliação da fase 1)



Figura 2 - Vista geral do terreno (ampliação da fase 2)

Por este motivo, considera-se que a visibilidade do terreno é nula nesta zona, porque não é possível observar a superfície original do solo. **Por baixo da placa de cimento, o terreno foi revolvido, terraplanado e aterrado, no decorrer da primeira grande empreitada.** Ou seja, a possibilidade de existirem contextos arqueológicos conservados é muito reduzida nos primeiros metros de profundidade (entre 1-2m de altura de terras afetadas).

No setor sul, existe um setor (localizado junto ao limite sul da atual fábrica) que aparenta ter sido recentemente terraplanado e que contém alguns

aterros e materiais de construção recentes. Por baixo deste nível de superfície (cerca de 20cm de altura), é possível que o solo esteja ainda conservado.



Figura 3 - Vista geral do terreno (setor Noroeste das Fases 3 e 4)

O extremo Sudeste da área de projeto tem ainda os vestígios do antigo milheiral que cobriria a superfície do solo. Apesar da observação do terreno estar ainda condicionada pela vegetação (registou-se visibilidade média do terreno), a progressão pedestre foi boa e não se encontraram obstáculos ao percurso.

O terreno é plano, devido ao intenso uso agrícola destas superfícies de aluvião, nas quais se acumularam areias finas em camadas sucessivas.



Figura 4 - Vista geral do terreno (extremidade Sudeste da área de projeto)

4.4.2 Caracterização patrimonial

No decorrer do levantamento de informação bibliográfica e das prospeções arqueológicas não foram registados edifícios com valor patrimonial (quer de natureza etnográfica, quer com interesse arquitetónica), nem sítios arqueológicos, quer na área de impacte direto, quer na área de impacte indireto.



Figura 5 - Vista geral do terreno (setor Sudeste das Fases 3 e 4)

5 Avaliação de Impacte Patrimonial

5.1 Análise dos impactes patrimoniais

5.1.1 Fase de construção

Os trabalhos efetuados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno) tiveram resultados nulos, dado que não foram identificadas ocorrências patrimoniais à superfície do solo, na área de impacte direto e na área de impacte indireto.

Por este motivo, com os dados recolhidos, considera-se que não estão previstos impactes patrimoniais negativos directos e indirectos.

Importa ainda salientar que, na área abrangida pelas Fases 1 e 2, o subsolo já foi substancialmente alterado à cota de intervenção do atual projecto, por conseguinte poderá não se justificar qualquer ação de minimização neste setores (designadamente o acompanhamento arqueológico presencial e permanente).

5.1.2 Fase de exploração

Não se prevêem impactes negativos (directos ou indirectos) no decorrer da exploração deste projecto.

5.1.3 Síntese de impactes

Os trabalhos executados no âmbito do Descritor Património para a área de projeto (levantamento bibliográfico de informação e prospeções arqueológicas da superfície do terreno) não revelaram a presença de ocorrências patrimoniais e a existência de impactes negativos conhecidos (diretos e indirectos). Por este motivo, não há potenciais condicionantes patrimoniais determinantes para a ampliação da fábrica Fapricela.

Como a ausência de ocorrências patrimoniais à superfície do terreno, não significa a sua inexistência no subsolo, sugere-se, como medida preventiva de impactes negativos, a realização de acompanhamento arqueológico no decorrer da empreitada (que deve ser executado nas zonas que preservam a topografia original do terreno).

Assim, em termos patrimoniais pode considerar-se como viável o projecto proposto para análise.

6 Medidas de Minimização

6.1 Medidas genéricas

6.1.1 Fase de construção (acompanhamento arqueológico)

A construção do projecto terá que ter, obrigatoriamente, acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplanagens, depósitos e empréstimos de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a instalação de estaleiros, abertura de caminhos ou desmatação.

Após a desmatação do terreno, será necessário proceder a novas prospecções arqueológicas sistemáticas, no solo livre de vegetação, para confirmar as observações constantes neste texto e identificar eventuais vestígios arqueológicos, numa fase prévia à escavação.

O acompanhamento arqueológico deverá ser efetuado apenas nas zonas com topografia original do terreno (Fases 3 e 4), dado que a intervenção no subsolo nas Fases 1 e 2 será efetivamente diminuta e afeta apenas a camada de aterro subjacente aos atuais edifícios.

Antes de a obra ter início deverá ser apresentado e discutido, por todos os intervenientes, o Plano Geral de Acompanhamento Arqueológico.

Da mesma forma, será importante discutir as medidas necessárias para evitar a destruição de sítios com valor patrimonial, bem como, os procedimentos e normas a cumprir durante o Acompanhamento Arqueológico.

As observações realizadas pela equipa de arqueologia deverão ser registadas em Fichas de Acompanhamento, que têm os seguintes objectivos principais:

- Registrar o desenvolvimento dos trabalhos de minimização.
- Registrar todas as realidades identificadas durante o acompanhamento arqueológico (de carácter natural e de carácter antrópico) que fundamentam as decisões tomadas: o prosseguimento da obra sem necessidade de medidas de minimização extraordinárias ou a interrupção da mesma para proceder ao registo dos contextos identificados e realizar acções de minimização arqueológica, como por exemplo, sondagens arqueológicas de diagnóstico.

Sempre que for detectado um novo local com interesse patrimonial, este deverá ser alvo de comunicação ao Dono de Obra, ao Empreiteiro e à Direcção Regional de Cultura do Centro, pelos canais que vierem a ser combinadas em sede própria.

No decorrer do Acompanhamento Arqueológico poderão ser realizados relatórios mensais e um relatório final, consoante a dimensão e a duração de projecto.

No relatório mensal deverá constar uma breve descrição e caracterização da obra em curso, bem como, uma síntese de todos os trabalhos arqueológicos realizados pela equipa naquele mês.

Outro objectivo importante deste texto será a apresentação de todas as ocorrências de carácter patrimonial identificadas ou realizadas no âmbito do Acompanhamento e a apresentação de medidas de minimização, no caso de surgirem novos locais com interesse patrimonial, a partir de elementos criteriosos e solidamente sustentados (avaliação do valor patrimonial do sítio e avaliação do grau de afectação do local identificado).

Deverá ser feita a cartografia dos sectores de obra que foram alvo do Acompanhamento Arqueológico, tal como, a localização exacta de todas incidências patrimoniais identificadas (escala 1:25 000 e escala de projecto).

O relatório final dos trabalhos arqueológicos corresponde à síntese de todas as tarefas. Assim, deverá feito um texto, no qual serão apresentados os objectivos e as metodologias usadas, bem como, uma caracterização sumária do tipo de obra, os tipos de impacte provocados e um retrato da paisagem original.

Por fim, deverão ser caracterizadas todas as medidas de minimização realizadas, os locais de incidência patrimonial eventualmente identificados e descritos criteriosamente todos os sítios afectados pelo projecto.

As medidas patrimoniais genéricas aplicadas a todos os locais situados na zona abrangida pelo projecto são as seguintes:

- Protecção, sinalização e vedação da área de protecção de cada local referido na carta geral de sítios e que esteja nas imediações das frentes de obra.
 - A área de protecção deverá ter cerca de 5 m em torno do limite máximo do sítio. No entanto, podem ser mantidos os acessos à obra já existentes.
 - A sinalização e a vedação deverão ser realizadas com estacas e fita sinalizadora, que deverão ser regularmente repostas.
- Realização de sondagens arqueológicas manuais, no caso de se encontrarem contextos arqueológicos, durante o acompanhamento arqueológico.
 - As sondagens serão de diagnóstico e têm como principais objectivos: identificação e caracterização de contextos arqueológicos; avaliação do valor patrimonial do local; apresentação de soluções para minimizar o impacto da obra.

7 Bibliografia

- ALARCÃO, J.
(2004) - *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles deslembrados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- ALBERGÁRIA, J.
(2001) - Contributo para um modelo de estudo de impacto patrimonial: o exemplo da A2 (Lanço Almodôvar/VLA). *Era Arqueologia*. 4: 84-101
- AUBRY, T. ALMEIDA, M. e NEVES, M. J.
(2006) - The Middle-to-Upper Paleolithic transition in Portugal: an Aurignacian phase or not?. *Towards a Definition of the Aurignacian. Proceedings of the Symposium held in Lisbon, Portugal*. Dir. J. Zilhão e F. d'Errico. Lisboa: IGESPAR. 95-108.
- BETTENCOURT, A. M. S.
(2005) - Povoamento Pré-histórico e Proto-histórico da região de Cantanhede. *Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede*. Cantanhede : Município de Cantanhede. 245-248
- CORREIA, V.
(1940) - *Notas de Arqueologia e Etnografia do Concelho de Coimbra*. Biblos. 16(1): 97 - 142
- CORTESÃO, A. A.
(1908) - Uma construção antiga. *O Archeologo Português*. Lisboa : Museu Ethnographico Português. 1ª série. 13(1-6): 92-94
- CRUZ, C. M. S.
(2002) - *Carta Arqueológica de Cantanhede: Relatório de Progresso*. Marinha Grande: s.n. (integra o processo 2001/1(062) da DGPC)
- (2003) - *Carta Arqueológica de Cantanhede: 2º Relatório de Progresso*. S.l.: s.n. (integra o processo 2001/1(062) da DGPC)
- [2004] - *Carta Arqueológica de Cantanhede: Relatório Final*. S.l.: s.n. (integra o processo 2001/1(062) da DGPC)
- CRUZ, C. M. S.
(2005) - *Carta Arqueológica do Concelho de Cantanhede*. Cantanhede : Município de Cantanhede.
- CRUZ, C. M. S. *et alli*
(2003a) - *Recuperação urbana de Ançã: Requalificação do eixo viário da rua Dr. Jaime Cortesão: Relatório parcelar 1 do acompanhamento técnico na especialidade de Arqueologia*. Cantanhede: Tabudicus. (integra o processo 2002/1(302) da DGPC)
- (2003b) - *Recuperação urbana de Ançã: Requalificação do eixo viário da rua Dr. Jaime Cortesão: Relatório parcelar 2 do acompanhamento técnico na especialidade de Arqueologia*. Cantanhede: Tabudicus. (integra o processo 2002/1(302) da DGPC)
- (2004) - *Recuperação urbana de Ançã: Requalificação do eixo viário da rua Dr. Jaime Cortesão: Relatório final do acompanhamento técnico na especialidade de Arqueologia*. Cantanhede: Tabudicus. (integra o processo 2002/1(302) da DGPC)
- CUNHA, G. *et alli*
(2010) - *Revisão do Plano Director Municipal de Cantanhede. 2ª fase: Caracterização e Diagnóstico: Relatório: Março de 2010: Revisão 02: Urbanismo*. Lisboa: Vasco da Cunha - Projectos

- FERREIRA, M. M. N. e SOARES, A. M. S. S.
(1994) - A Toponímia do Concelho de Almodôvar. *Vipasca*. Aljustrel. 3: 99-119. GABINETE DE ARQUEOLOGIA, ARTE E HISTÓRIA (GAAH)
- (2006) - *Sítio com Potencial Arqueológico: Mapa à escala 1:5000*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. (http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=1961&Itemid=69, 26/03/2013)
- GERVÁSIO, A. S. *et alli*
(2009) - *Património Edificado com Interesse Cultural: Concelho de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra: Departamento de Cultura MANTAS, V.
- (1996) - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (texto policopiado)
- LIMA, A, M. C. e MENÉNDEZ, J. J. A.
(2006) - *Ligação Ferroviária de Alta Velocidade Lisboa / Porto: Lote B: Troço Soure - Mealhada: Estudo de Impacte Ambiental: Fase de Estudo Prévio: Relatório Final: Património Histórico e Arqueológico*. S.l.: s.n. (integra o processo nº 2003/1(522)-B da DGPC)
- LIMA, A, M. C. *et alli*
(2003) - *Ligações Ferroviária sde Alta Velocidade Lisboa / Porto - Madrid e Porto - Vigo: Lote 2: Estudo de Viabilidade Técnica da Linha Lisboa - Porto: Relatório Final: Património*. S.l.: Gibb Portugal (integra o processo nº 2003/1(522) da DGPC)
- MARQUES, M. A. F.
(2009) - *A vila e ançã e o seu foral manuelino*. Cantanhede : Câmara Municipal de de Cantanhede.
- MATIAS, C.
(2010a) - *Capela de Nossa Senhora da Esperança. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: Sistema de Informação: Inventário*. (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29228, 25/03/2013)
- MOURA, M. H. *et alli*
(2001a) - *Paleoecologia da caça e recollecção no Baixo Mondego: Variabilidade sincrónica e diacrónica das modalidades de ocupação do espaço e exploração dos recursos: Relatório de progresso 2000*. Coimbra: s.n. (integra o processo nº 99/1(214) da DGPC)
- (2001b) - *Paleoecologia da caça e recollecção no Baixo Mondego: Variabilidade sincrónica e diacrónica das modalidades de ocupação do espaço e exploração dos recursos: Relatório de progresso 2001*. Coimbra: s.n. (integra o processo nº 99/1(214) da DGPC)
- PAIXÃO, T.
(2002) - *Património Imóvel de Ançã e Pocariça*. Cantanhede: Câmara Municipal de Cantanhede.
- PEREIRA, C. e SILVA, L. M.
(2013) - *Análise Técnica: Freguesia - Antuzede: Concelho - Coimbra: Processo - TerraLevis Património, Arqueologia e Sistemas de Informação: Objeto - Pedido de informação patrimonial 439.13: Referência interna - SGD 11446 de 25/03/2013*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, Gabinete para o Centro Histórico.
- PEREIRA, L. G.

(2001)- *Relatório final: Acompanhamento arqueológico do trecho 2B (Ribeira de Ançã / Coimbra Norte): Sublanço de St.ª Eulália / Coimbra Norte da A14.* Coimbra: Gearque. (integra o processo nº 98/1(399) da DGPC)

RIBEIRO, E.

(2010) - *Conservação corrente 2010-2013 COCN: Distrito de Coimbra: Relatório de caracterização da situação de referência actual.* Coimbra: CultArq. (integra o processo nº 2010/1(493) da DGPC)

TERÊNCIO, M. H. et alli

(2008) - *Plano Director Municipal de Coimbra: Revisão: Estudos de Caracterização: Rev. 2.* Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, Direcção Municipal de Administração do Território, Departamento de Planeamento, Divisão de Ordenamento e Estratégia.

VILAÇA, R.

(1988) - *Subsídios para o estudo da Pré-História recente do Baixo Mondego.* Lisboa: IPPC.

8 Ficha Técnica

Direcção do Departamento Técnico: Mulize Ferreira

Direcção Científica do Trabalho: João Albergaria

Prospecções arqueológicas: João Albergaria

Execução do Relatório: João Albergaria e Mulize Ferreira

Desenhos de Auto-Cad: Nuno Marques.

Anexo I: Documentação gráfica

Anexo II: Inventário de fotografias

Nº	Sítio	Descrição	Orientação
1	Geral	Vista geral do terreno	NO-SE
2	Geral	Vista geral do terreno	NE-SO
3	Geral	Vista geral do terreno	SO-NE
4	Geral	Vista geral do terreno	NE-SO
5	Geral	Vista geral do terreno	E-O
6	Geral	Vista geral do terreno	S-N
7	Geral	Geral	
8	Geral	Geral	
9	Geral	Vista geral do terreno	SE-NO
10	Geral	Vista geral do terreno	NO-SE
11	Geral	Vista geral do terreno	NE-SO
12	Geral	Vista geral do terreno	NO-SE
13	Geral	Vista geral do terreno	NE-SO
14	Geral	Vista geral do terreno	NO-SE
15	Geral	Vista geral do terreno	SO-NE
16	Geral	Vista geral do terreno	SE-NO
17	Geral	Vista geral do terreno	NO-SE
18	Geral	Vista geral do terreno	SE-NO

Anexo III: Inventário de fotografias impressas

Nº	Sítio	Descrição	Orientação
2	Geral	Vista geral do terreno	NE-SO
5	Geral	Vista geral do terreno	E-O
11	Geral	Vista geral do terreno	NE-SO
17	Geral	Vista geral do terreno	NO-SE